

CONCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DE SAÚDE SOBRE A PNPIC E SUA APLICABILIDADE NO SUS

CONCEPTION OF HEALTH ACADEMICS ON THE NATIONAL POLICY OF INTEGRATION AND COMPLEMENTARY PRACTICES AND ITS APPLICABILITY IN THE SINGLE HEALTH SYSTEM IN BRAZIL

Karen Valadares Trippo¹, Lucas Araújo de Almeida², Mariana Cruz de Jesus³, Mariana Santana Nascimento⁴, Nathalia Lucia Moreira⁵, Maísa Cibele Oliveira⁶

¹Autora para correspondência. Fisioterapeuta. Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Docente na Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-0182-0129>. karentrippo@superig.com.br

²Graduando em Fisioterapia na Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. physio.lucasalmeida@gmail.com

³Graduando em Fisioterapia na Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. mari.cj01@gmail.com

⁴Graduando em Fisioterapia na Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. marianasantanascimento@gmail.com

⁵Graduando em Fisioterapia na Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. nathalia.lucia.moreira@hotmail.com

⁶Graduando em Fisioterapia na Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. maisa_cibele@hotmail.com

RESUMO | Introdução: A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) objetiva garantir a integralidade à saúde através de práticas com abordagem holística. **Objetivo:** Avaliar a concepção e o conhecimento dos acadêmicos de saúde acerca da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) e sua aplicabilidade no Sistema Único de Saúde (SUS). **Material e Métodos:** Estudo transversal, descritivo, realizado com 56 acadêmicos de saúde, participantes de uma palestra aberta intitulada "POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS: Você Conhece?". Foi aplicado um questionário semiestruturado, auto administrado, antes e imediatamente após a palestra. Os dados foram descritos por valores absolutos e frequência relativa. Para comparar as frequências oriundas das amostras pareadas foi utilizado o teste de McNemar ($p < 0,05$). **Resultados:** Antes da palestra, 67,9% desconheciam a PNPIC e quais eram as PIC e 66,1% nunca foram esclarecidos sobre a existência e aplicabilidade destas práticas por profissionais de saúde e em sua formação acadêmica, bem como 69,6% não sabiam dizer se poderiam ser oferecidas no SUS. Após a palestra houve mudanças positivas nesse perfil: 91,1% ($p < 0,001$) declararam conhecer a PNPIC, 73,2% ($p < 0,001$) responderam que receberam esclarecimentos sobre a existência e aplicabilidade da PNPIC e 89,3% ($p < 0,001$) afirmaram que as PIC poderiam ser oferecidas pelo SUS. **Conclusão:** Os resultados sugerem que os participantes, após a palestra, ampliaram seus conhecimentos relacionados à PNPIC. Estudos de seguimento são recomendados, bem como estender a pesquisa para profissionais da área de saúde, a título de comparação.

Palavras-chave: PNPIC, SUS, Práticas Integrativas e Complementares, Concepção, Educação em Saúde.

ABSTRACT | Introduction: The National Policy on Integrative and Complementary Practices (NPICP) aims to guarantee integrality to health through practices with a holistic approach. **Objectives:** To evaluate the conception and the knowledge of the health academics about the NPICP and its applicability in Single Health System (SHS). **Material and Methods:** A cross-sectional, descriptive study, composed of 56 health academics, who participated in an lecture "NATIONAL POLICY OF INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY PRACTICES IN SHS: Do You Know?". A semi-structured questionnaire, self-administered, before and after the lecture, was carried out. Data were described by absolute values and relative frequency. **Results:** Before the lecture, 67.9% were unaware of the NPICP and what were the Integrative and Complementary Practices (ICP), 66.1% were never clarified about the existence and applicability of these practices by health professionals and in their academic training, and 69.6% did not know if they could be offered in the SHS. After the lecture there were positive changes in this profile: 91.1% ($p < 0,001$) were aware of the NPICP, 73.2% ($p < 0,001$) were clarified about the existence and applicability of NPICP and 89.3% ($p < 0,001$) knew that ICP could be offered in the SHS. **Conclusion:** The results suggest that the participants, after the lecture, extended their knowledge related to the NPICP. Follow-up studies are recommended, as well as extending research to healthcare professionals for comparison.

Key words: National Policy on Integrative and Complementary Practices, Single Health System, Conception, Health Education.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) é uma iniciativa da Organização Mundial da Saúde, cuja finalidade é garantir a integralidade à saúde através de práticas que adotam uma abordagem holística, contemplando abordagens como acupuntura, homeopatia, medicina antroposófica, fitoterapia e o termalismo-crenoterapia¹. Após ser pauta de discussões nas Conferências Nacionais de Saúde, a PNPIC foi aprovada e implementada em 2006, e corrobora para o fortalecimento do cuidado voltado para o indivíduo no contexto em que este está inserido, considerando a prevenção de agravos e a promoção e manutenção da saúde¹.

Apesar de estar em vigor no Brasil há cerca de 10 anos, a PNPIC ainda é desconhecida pela maioria dos cidadãos e usuários do serviço público de saúde e também pelos profissionais de saúde^{2,3}. O desconhecimento total ou parcial da PNPIC por parte dos profissionais de saúde constitui um obstáculo para o acesso da população aos serviços oferecidos pelas instituições e conseqüentemente sua consolidação no sistema de saúde público⁴, dificultando também a inserção do cidadão como parte responsável do seu processo de recuperação e manutenção do estado de saúde⁵.

Considerando os potenciais benefícios que a Política de Práticas Integrativas e Complementares do SUS (PNPIC – SUS) pode oferecer aos usuários do serviço público de saúde, e sua relevância para a consolidação do SUS⁶, faz-se importante a realização de estratégias de divulgação das práticas integrativas e complementares para a população, incluindo os estudantes e profissionais de saúde, com o objetivo de torná-la mais acessível. Nesse sentido, o grupo de Extensão em Terapias Complementares e Integrativas na Fisioterapia da Universidade Federal da Bahia vem realizando palestras e encontros para apresentar à comunidade externa, aos acadêmicos da Universidade Federal da Bahia e de outras Instituições de Ensino Superior as práticas contempladas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e sua implantação no Sistema Único de Saúde, para que os mesmos tenham conhecimento de sua aplicabilidade e potenciais terapêuticos.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo avaliar a concepção e o conhecimento dos acadêmicos de saúde acerca da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e sua aplicabilidade no SUS, com base nos dados coletados durante uma palestra aberta ao público realizada pelo referido grupo de extensão.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal descritivo, composto por uma amostra de 56 indivíduos representados por acadêmicos da Universidade Federal da Bahia e de outras instituições de ensino superior do município de Salvador - BA, os quais participaram de uma palestra intitulada “POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO SUS – PNPIC-SUS: Você Conhece?”, aberta ao público. A palestra foi organizada pelo Grupo de Extensão em Terapias Complementares e Integrativas na Fisioterapia da UFBA no mês de julho de 2016 e realizada no Auditório do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) da UFBA.

Após leitura e concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido elaborado pelos autores, os sujeitos responderam ao questionário, semiestruturado, auto administrado, elaborado originalmente pelos pesquisadores, constando de 9 (nove) questões fechadas e 5 (cinco) questões abertas referentes à temática, além de dados como identificação, idade, sexo e escolaridade. O mesmo questionário foi aplicado antes e imediatamente após a palestra. Ao final da palestra os participantes receberam uma cartilha informativa sobre a PNPIC com base nas informações contidas na política divulgada pelo Ministério da Saúde (<http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>).

O banco de dados foi organizado em planilha do programa Excel versão 2013. Para o tratamento dos dados sociodemográficos e de avaliação foi utilizada a estatística descritiva (média e desvio padrão). Para comparar as frequências oriundas das amostras pareadas foi utilizado o teste de McNemar. O teste foi utilizado para avaliar o grau de discordância entre o antes e o após algumas questões as quais os participantes foram submetidos. Utilizou-se o nível de significância

de 5%. O programa utilizado para análise da estatística descritiva foi o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20.0 para Windows.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Bahia – ICS/UFBA, sob parecer substanciando 1648444 e CAAE: 54489216.2.0000.5662. O estudo ocorreu garantindo a integridade física e moral a todos

os participantes, conforme a resolução CNS nº 466/2012.

RESULTADOS

A Tabela 1 ilustra a caracterização amostral do estudo. Foram avaliados 56 acadêmicos, com idade entre 18 a 26 anos, predominando o sexo feminino.

Tabela 1. Características quanto ao sexo, escolaridade e idade em anos completos dos acadêmicos de saúde participantes da Palestra “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, você conhece?” ICS-UFBA, Salvador/BA, 2016.

Variáveis	N (56)	Frequência (%)
Sexo		
Feminino	46	82,1
Masculino	10	17,9
Escolaridade		
Ensino superior incompleto	56	100
Idade (média = 21,5)		
18 – 20	14	25
21 – 23	29	51,8
24 – 26	9	16,1
Não informaram	4	7,1

Os resultados apresentados na Tabela 2 correspondem às respostas fornecidas pelos acadêmicos previamente à realização da palestra. Conforme ilustrado, nota-se que uma porcentagem expressiva (67,9%) não ouviu falar da existência da Política Nacional de Práticas Integrativas e

Complementares (PNPIC), como também não sabia o que eram as práticas integrativas e complementares. Destaca-se também a porcentagem de acadêmicos que nunca foram esclarecidos sobre a existência e aplicabilidade destas práticas por profissionais de saúde e em sua formação acadêmica.

Tabela 2. Distribuição da frequência das respostas dos acadêmicos de saúde relacionadas ao questionário que antecedeu a palestra sobre “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, você conhece?” ICS-UFBA, Salvador/BA, 2016.

Perguntas	Respostas		Frequência (%)	
	Sim	Não	Não Sei	S.R
Já ouviu falar sobre a PNPIC?	23,2	67,9	8,9	---
Sabe o que são Terapias Complementares e Integrativas (TCI)?	35,7	55,4	8,9	---
Já utilizou alguma TCI?	12,5	42,9	44,6	---
Tem interesse em usar alguma TCI?	37,5	3,6	57,1	1,8
Conhece alguém que já utilizou TCI?	25,0	28,6	44,6	1,8
Existe benefícios com o uso de TCI?	35,7	---	62,5	1,8
Já foi informado sobre TCI por algum profissional de saúde ou em sua formação acadêmica?	23,2	66,1	10,7	---
Fisioterapeuta pode atuar com TCI?	58,9	---	41,1	---
TCI podem ser oferecidas no SUS?	30,4	---	69,6	---

*Legenda: S.R = sem resposta; TCI = Terapias Complementares e Integrativas; PNPIC = Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

A Tabela 3 apresenta a distribuição das práticas integrativas e complementares (PIC) mais utilizadas pelos acadêmicos, bem como as que mais interessam e as mais utilizadas por seus conhecidos. Os

resultados revelam que a acupuntura foi a prática mais citada como utilizada, além de ser a que despertou maior interesse dessa população.

Tabela 3. Distribuição da frequência das respostas dos acadêmicos de saúde relacionadas às Terapias Complementares e Integrativas que mais interessam e que mais foram citadas como utilizadas ou lembradas pelos participantes antes da palestra "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, você conhece?" ICS-UFBA, Salvador/BA, 2016.

Perguntas	Respostas / Frequência (%)					S.R
	Acup.	Tai Chi	Reiki	Yoga	Mais de uma	
Quais TCI você já utilizou?	5,4	---	1,8	1,8	3,6	87,5
Qual ou quais TCI você tem interesse em utilizar?	14,3	1,8	1,8	---	1,8	80,4
Qual ou quais TCI seu conhecido(a) utilizou?	10,7	---	---	---	5,4	83,9

*Legenda: Acup. = Acupuntura, S.R = sem resposta; TCI = Terapias Complementares e Integrativas; PNPIC = Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Quando responderam ao questionamento sobre os possíveis benefícios da utilização das práticas integrativas e complementares para a saúde, os participantes citaram o relaxamento (14,4%) e o alívio de dores associado ao relaxamento (3,6%). Entretanto, cerca de 82,1% não forneceram respostas a esse questionamento.

As Tabelas 4 e 5 apresentam os resultados obtidos após a realização da palestra. Neste segundo

momento de avaliação nota-se que a maior parcela dos estudantes relatou ter conhecimento sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e da existência destas práticas no SUS. Embora, com base nas respostas analisadas, acreditem que a utilização dessas práticas tragam benefícios à saúde e mostrem interesse em utilizá-las, apenas 14,3% dos participantes já utilizou alguma prática integrativa ou complementar, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4. Distribuição da frequência das respostas dos acadêmicos de saúde relacionadas ao questionário aplicado posteriormente à palestra sobre "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, você conhece?" ICS-UFBA, Salvador/BA, 2016.

Perguntas	Respostas / Frequência (%)			
	Sim	Não	Não Sei	S.R
Já ouviu falar sobre a PNPIC?	91,1	3,6	---	5,4
Sabe o que são Terapias Complementares e Integrativas (TCI)?	92,9	---	---	7,1
Já utilizou alguma TCI?	14,3	78,6	1,8	5,4
Tem interesse em usar alguma TCI?	78,6	---	16,1	5,4
Conhece alguém que já utilizou TCI?	58,9	28,6	7,1	5,4
Existem benefícios com o uso de TCI?	91,1	---	1,8	7,1
Já foi informado sobre TCI por profissional de saúde?	73,2	21,4	---	5,4
Fisioterapeuta pode atuar com TCI?	94,6	---	---	5,4
TCI podem ser oferecidas no SUS?	89,3	1,8	3,6	5,4

*Legenda: S.R = sem resposta; TCI = Terapias Complementares e Integrativas

Quanto às PIC mais utilizadas e de maior interesse por parte dos acadêmicos e seus conhecidos, foram citadas acupuntura, homeopatia, reiki e yoga. A maioria da amostra utilizou uma ou mais práticas

associadas (5,3%). Sendo que a acupuntura foi a PIC citada como a que mais desperta o interesse dos participantes (50,9%) e a mais utilizada por seus conhecidos (36,8), conforme ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5. Distribuição da frequência das respostas dos acadêmicos de saúde relacionadas às Terapias Complementares e Integrativas que mais interessam e que mais foram utilizadas ou lembradas pelos participantes após a palestra "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, você conhece?" ICS-UFBA, Salvador/BA, 2016.

Perguntas	Respostas / Frequência (%)					
	Acup.	Homeop.	Reiki	Yoga	Mais de uma	S.R
Quais TCI você já utilizou?	1,8	1,8	1,8	1,8	5,3	87,7
Qual ou quais TCI você tem interesse em utilizar?	50,9	---	1,8	3,5	17,5	26,3
Qual ou quais TCI seu conhecido(a) utilizou?	36,8	---	---	---	19,3	43,9

*Legenda: Acup.= Acupuntura, Homeop. = Homeopatia, S.R = sem resposta; TCI = Terapias Complementares e Integrativas

Os benefícios decorrentes do uso das PIC listados pelos participantes após a palestra foram o relaxamento (47,4%), alívio de dores (22,8%), melhora das funções corporais (5,3%) e diminuição do uso de medicamentos (3,5%). Do total, 21% dos participantes se abstiveram da resposta a esse questionamento.

A Tabela 6 ilustra comparação das respostas dos acadêmicos de saúde relacionadas ao questionário aplicado antes e após a palestra, demonstrando que houve mudanças positivas na concepção dos participantes sobre a PNPIC e sua aplicabilidade no SUS.

Tabela 6. Distribuição da frequência para comparação das respostas dos acadêmicos de saúde relacionadas ao questionário aplicado antes e após a palestra sobre "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, você conhece?" ICS-UFBA, Salvador/BA, 2016.

Perguntas	Antes (%)	Depois (%)	p
	Sim	Sim	
Já ouviu falar sobre a PNPIC?	23,2	91,1	<0,001
Sabe o que são Terapias Complementares e Integrativas (TCI)?	35,7	92,9	<0,001
Já utilizou alguma TCI?	12,5	14,3	1,000
Tem interesse em usar alguma TCI?	37,5	78,6	<0,001
Conhece alguém que já utilizou TCI?	25,5	58,9	<0,001
Existem benefícios com o uso de TCI?	35,7	91,1	<0,001
Já foi informado sobre TCI por profissional de saúde?	23,2	73,2	<0,001
Fisioterapeuta pode atuar com TCI?	58,9	94,6	<0,001
TCI podem ser oferecidas no SUS?	30,4	89,3	<0,001

*Legenda: S.R = sem resposta; TCI = Terapias Complementares e Integrativas

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos neste estudo indicaram que o conhecimento dos acadêmicos de saúde acerca da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, sua inserção no SUS e as práticas contempladas ainda é muito superficial e/ou inexistente. Através do questionário aplicado aos participantes antes da palestra foi possível identificar que a maioria dos acadêmicos nunca tinha ouvido falar sobre a PNPIC, não sabia o que eram terapias complementares e não recebeu informações de profissionais de saúde sobre a PNPIC ou sobre práticas integrativas e complementares em sua formação no ambiente acadêmico ou fora dele. Após a palestra houve mudanças positivas nesse perfil dos participantes, sendo que 91,1% ($p < 0,001$) declararam conhecer a PNPIC, 73,2% ($p < 0,001$) responderam que receberam esclarecimentos sobre a existência e aplicabilidade da PNPIC e 89,3% ($p < 0,001$) afirmaram que as PIC poderiam ser oferecidas pelo SUS.

Com base nos dados, nota-se que, embora implementada desde 2006, a PNPIC e a inserção das PIC no Sistema Único de Saúde são desconhecidas por grande parte da população e também pelos acadêmicos de saúde. Os resultados encontrados nesta pesquisa corroboram com o estudo de Galhardi et al.⁴, que entrevistou 42 gestores municipais de saúde com objetivo de avaliar seus conhecimentos sobre a PNPIC e identificaram que 41% dos gestores entrevistados desconheciam a existência da PNPIC e 31% apenas tinham ouvido falar, no entanto não conheciam seus princípios e abordagens⁴.

Os autores supracitados apontam que o desconhecimento por parte dos gestores repercute diretamente na consolidação das práticas integrativas no SUS, pois exercem papel fundamental para implementação das PIC no serviço de saúde dos municípios. Nesse sentido, o conhecimento superficial ou a inexistência do mesmo sobre a PNPIC por parte dos acadêmicos de saúde, identificados na presente pesquisa, ampliam essa dificuldade de consolidação dessa política e limita diretamente o acesso das práticas complementares e integrativas à população, desde a atenção básica.

Em outro estudo semelhante, Veiga Junior⁷ entrevistou profissionais de saúde e a população sobre consumo

de plantas medicinais no tratamento de algumas dores ou doenças e, ao serem questionados sobre substituir o tratamento convencional por uma das PIC, se o mesmo fosse indicado pelo médico, 65,1% da população afirmaram que adotariam o tratamento alternativo, mostrando a influência que o profissional de saúde exerce na escolha, por parte dos pacientes e/ou cuidadores, dos procedimentos adotados no processo de prevenção de agravos, bem como na promoção e na educação em saúde da população. O não conhecimento da PNPIC e suas práticas pelos profissionais pode repercutir na não aceitação dessa abordagem holística e no desconhecimento acerca dos seus potenciais benefícios^{8,9}.

De acordo com o estudo de Thiago et al.³, os profissionais de saúde, de um modo geral, desconhecem as terapias complementares, apesar do interesse em conhecê-las e de aprovarem sua inserção nos serviços públicos de saúde ou em cursos da área da saúde³. Apesar do desconhecimento dos acadêmicos observado no presente estudo, a realização dessas práticas no sistema privado de saúde, em clínicas particulares, é bem conhecida pelos usuários^{1,14}, com seu acesso cada vez mais ampliado nesses setores.

Um dado interessante obtido neste trabalho, com relação às respostas dadas pelos acadêmicos antes da realização da palestra, é que mesmo sem conhecerem a PNPIC e os potenciais benefícios que as PIC podem trazer para a saúde, 35,7% dos participantes acreditam que as práticas complementares e integrativas trazem algum benefício para a saúde, enquanto que nenhum participante afirmou não haver benefícios em seu uso. Esse resultado coincide com os encontrados por Cruz et al.¹⁰, que entrevistaram uma equipe de saúde da família e a população coberta por essa equipe e identificaram que apesar do pouco conhecimento sobre as PIC, a inclusão dessas práticas no SUS é vista pela população como mais uma importante opção de cuidado em saúde.

Quanto às práticas integrativas e complementares mais usadas pelos participantes ou por conhecidos e as que despertariam maior interesse desse grupo antes da palestra, mais de 80% dos ouvintes não responderam a este questionamento. A significativa abstenção de resposta nesta questão pode ser atribuída ao fato de ter sido uma questão

discursiva, na qual o participante necessitaria ter o conhecimento prévio do que é uma prática integrativa para respondê-la. Contudo, entre as respostas dadas pelos participantes antes da palestra, a acupuntura foi a PIC citada como a que mais desperta interesse dos participantes e a mais utilizada por seus conhecidos(as). Também foram citados o Tai Chi, Reiki e Yoga. As demais práticas que também são contempladas pela PNPIC como medicina antroposófica e termalismo-crenoterapia não foram citadas, confirmando os resultados encontrados no estudo de Cruz et al.¹⁰.

Os resultados encontrados no segundo momento de aplicação do questionário, após a palestra, revelaram que compartilhar o conhecimento e propor um momento de discussão e debate mediado por profissionais capacitados acerca da temática, constitui uma estratégia satisfatória para a educação em saúde da população, inclusive no nível acadêmico. Após saber o que são terapias complementares e seus potenciais benefícios na saúde, 78,9% dos participantes informaram ter interesse em utilizar alguma prática contemplada pela PNPIC e a acupuntura permaneceu como a PIC mais citada pelos participantes (50,9%).

Apesar da importância e do incentivo à adesão da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares pela OMS aos seus países membros, dados do Ministério da Saúde revelam que apenas 6,52% dos Estados e Municípios de todo o território nacional apresentam Lei ou Ato Institucional que viabiliza a abordagem de Práticas Integrativas no Sistema Público de Saúde¹. Além disso, é escasso o número de pesquisas realizadas acerca dos benefícios e contribuições das práticas integrativas no SUS^{11,12}. Esse e outros fatores, como o reduzido número de profissionais especialistas nesta área e a falta de informação sobre a disponibilidade dos serviços oferecidos pelo SUS à população¹³, ausência de uma disciplina sobre PIC em algumas Instituições de Ensino Superior na área de saúde ou a não contemplação das discussões sobre a temática nas disciplinas voltadas à atenção básica dos diferentes cursos de saúde, comprometem de forma significativa o conhecimento e o acesso à abordagem das PIC pelos profissionais e, conseqüentemente, pelos usuários do Sistema Único de Saúde.

Este trabalho apresentou, como vantagem, a uniformidade da amostra, visto que todos eram acadêmicos da área de saúde. Outra vantagem é a possibilidade de, dentro dos assuntos discutidos na palestra, ter minimamente sensibilizado os presentes sobre a temática, com possibilidades para propagação de informações e conhecimento a respeito das PIC para além dos muros da Instituição, além de possibilitar o interesse dos participantes em aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto. Como limitação, podemos citar que a segunda avaliação foi realizada apenas imediatamente após a palestra, o que pode favorecer alguma retenção/memorização do assunto. Seria importante reavaliar a amostra após um determinado tempo da palestra, por meio de um follow up, a fim de verificar se de fato o momento educativo foi capaz de mudar a concepção dos participantes quanto à temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sugerem que os participantes, após a palestra, ampliaram seus conhecimentos relacionados à PNPIC, bem como observou-se que, mesmo sem os acadêmicos de saúde avaliados terem o conhecimento apropriado sobre a PNPIC e sobre o fato de que as PIC podem ser ofertadas no serviço público, grande parte dos participantes mostrou interesse em ter acesso a alguma prática integrativa pelo SUS. Por outro lado, este desconhecimento reforça a reflexão de que a falta de uma estratégia de educação em saúde e capacitação dos profissionais agrava a ausência de conhecimento, tanto da população em geral como dos próprios acadêmicos e futuros profissionais de saúde, o que interfere diretamente na consolidação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e sua aplicabilidade no SUS.

Apesar de essas práticas contribuírem com o modelo biopsicossocial, o qual coloca o indivíduo como centro do cuidado e o incentiva a participar do processo de manutenção da saúde e prevenção de agravos, de apresentar menos custos e maior resolutividade do que o modelo biomédico e tratamento alopático; a implantação das práticas integrativas no SUS ainda enfrenta outros obstáculos além da falta de conhecimento por parte da população e profissionais

de saúde, como a falta de profissionais capacitados, interesse político e estrutura física.

Desse modo, percebe-se a necessidade de serem realizadas ações de educação em saúde, tanto para população quanto para os profissionais de saúde atuantes no serviço público, como também para os acadêmicos de saúde, a exemplo da estratégia utilizada no presente estudo. Salientamos a importância do estímulo a pesquisas acerca das concepções, dos benefícios e das indicações das PIC no SUS com o objetivo de torná-las mais conhecidas e cada vez mais acessíveis aos usuários, acadêmicos e profissionais de saúde.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Trippo KV participou da concepção, delineamento, aplicação dos questionários, interpretação dos resultados e redação do artigo científico e encaminhamento do artigo científico. Almeida L participou da concepção, análise estatística dos dados da pesquisa, interpretação dos dados e redação do artigo científico. Jesus MC participou da concepção, delineamento, interpretação dos resultados e redação. Nascimento SN participou da concepção, delineamento, aplicação dos questionários, análise estatística dos dados da pesquisa, interpretação dos resultados e redação. Moreira NL e Oliveira MC participaram da concepção, delineamento, aplicação dos questionários e redação.

CONFLITOS DE INTERESSES

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo mas não limitando-se a subvenções e financiamentos, conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc).

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
2. Ben-Arye E, Frenkel M, Klein A, Sharf M. Attitudes toward integration of complementary and alternative medicine in primary care: perspectives of patients, physicians and complementary practitioners. *Patient Educ Coun*. 2008;70(3):395-402. doi:[10.1016/j.pec.2007.11.019](https://doi.org/10.1016/j.pec.2007.11.019)
3. Thiago SCS, Tesser CD. Percepção de médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família sobre terapias complementares. *Rev Saúde Pública*.

2011;45(2):249-57. doi: [10.1590/S0034-89102011005000002](https://doi.org/10.1590/S0034-89102011005000002)

4. Galhardi WNP, de Barros NF, Leite-Mor ACMB. O conhecimento de gestores municipais de saúde sobre a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e sua influência para a oferta de homeopatia no Sistema Único de Saúde local. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2013;18(1):213-220. doi:[10.1590/S1413-81232013000100022](https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000100022)

5. Tesser CD, de Barros NF. Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica no Sistema Único de Saúde. *Rev Saúde Pública*. 2008;42(5):914-20. doi: [10.1590/S0034-89102008000500018](https://doi.org/10.1590/S0034-89102008000500018)

6. de Andrade JT, da Costa LFA. Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da antropologia médica. *Saúde Soc*. 2010;19(3):497-508.

7. Junior VFV. Estudo do consumo de plantas medicinais na região Centro-Norte do estado do Rio de Janeiro: aceitação pelos profissionais de saúde e modo de uso pela população. *Rev Bras Farmacogn*. 2008;18(2):308-13. doi:[10.1590/S0102-695X2008000200027](https://doi.org/10.1590/S0102-695X2008000200027)

8. Paranaguá TTB, Bezerra ALQ, de Souza MA, Siqueira KM. As práticas integrativas na Estratégia de Saúde da Família: visão dos agentes comunitários de saúde. *Rev Enferm*. 2009;17(1):75-80.

9. Fontanella F, Speck FP, Piovezan AP, Kulkamp IC. Conhecimento, acesso e aceitação das práticas integrativas e complementares em saúde por uma comunidade usuária do Sistema Único de Saúde na cidade de Tubarões/SC. *Arquivos Catarinenses de Medicina*. 2007;36(2):69-74.

10. Cruz PLB, Sampaio SF. O uso de práticas complementares por uma equipe de saúde da família e sua população. *Ver APS*. 2012;15(4):486-95.

11. Santos FAS, Gouveia GC, Martelli PJJ, Vasconcelos EMR. Acupuntura no Sistema Único de Saúde e a inserção de profissionais não-médicos. *Rev Bras Fisioter*. 2009;13(4):330-4. doi: [10.1590/S1413-35552009005000043](https://doi.org/10.1590/S1413-35552009005000043)

12. de Azevedo E, Pelicioni MCF. Práticas Integrativas e Complementares de desafios para a educação. *Trab Educ Saúde*. 2011/2012;9(3):361-78. doi: [10.1590/S1981-77462011000300002](https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000300002)

13. Ischkanian PC, Pelicioni MCF. Desafios das Práticas Integrativas e Complementares no SUS visando a promoção da saúde. *Journal of Human Growth and Development* 2012; 22(2): 233-238. doi:10.7322/jhgd.44936

14. Brasil. Ministério da Saúde. Relatório de Gestão 2006/2010 – Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.